

## Os Expostos em Números

### Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)

Joana Catarina Vieira Paulino

Instituto de História Contemporânea / Universidade Nova de Lisboa

[joana\\_paulino40@hotmail.com](mailto:joana_paulino40@hotmail.com)

*Resumo* O ano de 1867 marcou uma viragem na política de abandono infantil em Portugal - a roda, símbolo da exposição anónima legal, foi extinta. O abandono persistiu, mas com admissão restrita e mediante identificação parental. Foram ainda concedidos subsídios de lactação às mães e parentes pobres. Acompanhando a tendência nacional e internacional, em 1870, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) encerrou a roda dos expostos. Este estudo visa reflectir sobre o antes e depois da abolição da roda, atestando as continuidades e rupturas do novo modelo de acolhimento na SCML (1850-1903), à luz de uma análise quantitativa das estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição. Procura-se demonstrar que, mais do que uma mudança «orgânica», a «revolução» está nos números, reflexo do sucesso da ruptura legislativa. A partir de 1870 é ainda possível analisar as características do abandono (aos abandonos, à mortalidade, ao número e localização de amas e mestres de ofícios somem-se os motivos da exposição, o estado civil das mães, a proveniência das crianças e a concessão de pensões de lactação). Será que, a partir da lei de 1867, houve uma mutação na exposição infantil, prática até então generalizada e massificada na Europa católica? A nova atitude para com a criança oitocentista foi extensível aos expostos?

*Abstract* In 1867 there was a change in portuguese policy towards child abandonment - the wheel, symbol of juridical acceptance of anonymous abandonment, was abolished. The abandonment persisted, but the admissions were restricted and the parents had to identify themselves. Allowances of lactation were also given to mothers who kept their children. In 1870, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) followed this trend and the wheel was closed. This study aims to reflect about the period before and after the abolition of the wheel, looking for the continuities and ruptures of the new model of care in SCML (1850-1903) through a quantitative analyses based on the annual statistics produced by this institution. The goal it's to demonstrate that, more than an «organic» turn, the «revolution» shows up in the numbers, reflecting the success of the legislative rupture. From 1870 it's also possible to analyze the abandonments' characteristics (to the abandonments, infant mortality, number and location of nannies and teachers of crafts, we may add the reasons of exposure, the marital status of the mothers, the children's' provenance and the grant of lactation allowances). Was there, from the law of 1867, a change in childhood exposure, a generalized and mass practice in catholic Europe? Was the new attitude towards the child, in the 19<sup>th</sup> century, extended to foundlings?

No século XIX, a mortalidade grassava nas Casas da Roda, fruto das muitas recepções motivadas pela permissão do abandono anónimo, uma prática

legalizada pelos estados da Europa católica, sobretudo, do sul. Cientes desta realidade, iniciaram-se debates em torno da abolição da roda e da adoção de um novo modelo de acolhimento dos menores abandonados.

Em Portugal, a extinção da roda dos expostos foi decretada em 1867. A partir de então, a identificação parental tornou-se obrigatória, os hospícios substituíram as rodas e foram concedidos subsídios de lactação. Porém, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), estas medidas só foram aplicadas 3 anos mais tarde. Este estudo pretende constituir uma análise quantitativa do abandono de crianças nesta instituição antes e depois do encerramento da roda, entre 1850-1903.<sup>287</sup>

Esta análise está dividida em duas partes. Num primeiro momento, contextualizar-se-á o abandono infantil em Portugal, no final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, desde a legalização da roda à sua extinção e às medidas que a substituíram.

Numa segunda fase, procurar-se-á conhecer, em números, os expostos da SCML, com base nas estatísticas anuais dos Relatórios da Mesa desta instituição (1850-1903), estudados à luz da análise quantitativa e de um SIG. Vários parâmetros do abandono infantil serão tidos em conta, de forma a atestar se a ruptura legislativa foi bem-sucedida. Para tal, pretender-se-á verificar se, após 1870, na SCML: diminuiu o número de abandonados? Qual o contributo das pensões de lactação? Por que motivo eram deixados na instituição? Qual o estado civil das mães expositoras? Qual a proveniência das crianças? E as amas e mestres de ofícios, diminuíram? Qual a sua localização? Perante esta análise geral, verifica-se o sucesso das medidas «reformistas»?

---

<sup>287</sup> O estudo principia em 1850, acompanhando o início da produção estatística da SCML que, na década de 1870, foi completada com novos dados face à imposição da identificação parental. A opção de término em 1903 coincide com o fim dessas estatísticas e por, pela salvaguarda de informações individuais, a instituição não permitir o acesso a documentação posterior a 1910.

Não obstante a análise centrar-se numa instituição lisboeta a reflexão será mais abrangente. Por exemplo, as amas e os mestres de ofícios eram naturais de vários concelhos da faixa litoral atlântica, desde a Figueira da Foz até Sesimbra ou Setúbal; enquanto as crianças provinham de concelhos tão distantes como Guimarães. Apesar da sua fraca representatividade, estes casos constituem uma realidade.

## DA RODA DOS EXPOSTOS NO COMBATE AO INFANTICÍDIO À ABOLIÇÃO DO SÍMBOLO DE ABANDONO ANÓNIMO

Em 24 de Maio de 1783, Pina Manique (1733-1805), chefe da Intendência Geral da Polícia, decretou o imperativo de existência de instituições de assistência aos expostos, com rodas, em todos os centros administrativos, fruto do alto infanticídio, que privava o País de indivíduos úteis para o seu progresso. O abandono passou-se a reger pelo silêncio, segredo e anonimato, não se penalizando ou tentando identificar os pais.<sup>288</sup>

Contudo, os problemas económicos das misericórdias, a falta de amas, os seus baixos e incertos salários, a ausência de rodas em muitas regiões, o abandono em rodas vizinhas, ... foram alguns dos motivos que levaram Passos Manuel (1801-62) a uniformizar o serviço de expostos pelo decreto de 19 de Setembro de 1836 - a assistência passou das misericórdias para as Juntas Gerais do Distrito e câmaras municipais, reforçando-se o papel preexistente destas últimas e sendo o financiamento concelhio. Porém, não findaram os ditos *handicaps*, agudizando-se o sentimento para com as crueldades vividas pelos expostos, sobretudo, a alta mortalidade.<sup>289</sup>

“A polémica instalou-se a partir de meados do século. Os médicos e os jornalistas, os maiores críticos, consideravam-na [a roda] um símbolo de miséria (...), denunciavam os gastos ruinosos do erário público, o convite à dissolução de costumes e a incapacidade da Roda em assegurar a sobrevivência de um número cada vez maior de expostos”. Os parlamentares davam voz aos protestos municipais de falta de verbas, à contestação popular e às amas. Contudo, a roda também tinha os seus apoiantes, que criam salvaguardar a honra e honestidade femininas, permitindo a sobrevivência de muitas crianças por constituir uma alternativa ao infanticídio e ao aborto.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> Desde as *Ordenações Manuelinas* que a criação dos expostos estava a cargo dos municípios. As misericórdias destacaram-se nesta função, celebrando-se contratos com os concelhos, que financiavam os abandonados, havendo apenas uma «adjudicação» da assistência. Era frequente, perante as dificuldades financeiras dos concelhos, emergirem estratégias colectivas de abandono das crianças noutros. BRETTEL, 1989, p. 218; FONTE, 2012, p. 18; LEANDRO, 2011, p. 13; LOPES, 1993, p. 503.

<sup>289</sup> CUBEIRO, 2011, p. 10.

<sup>290</sup> CUBEIRO, 2011, p. 10; CUBEIRO, 2011, p. 11; REIS, 2012, p. 163.

O combate às rodas «oficializou-se» em 1862 quando, após a apresentação de dados de governadores civis, Juntas Gerais do Distrito e da SCML, comprovativos do agravamento dos abandonos e da hecatombe nas instituições, o governo nomeou uma comissão para estudar soluções. Esta propôs três medidas de reestruturação do abandono infantil: substituição das rodas por hospícios de admissão controlada; declaração de gravidez de mulheres não recatadas; e, atribuição de subsídios de lactação, por pobreza comprovada, responsabilizando-se os pais pela criação dos filhos.<sup>291</sup>

Com estas medidas, aplicadas pelo decreto de 21 Novembro 1867, aboliu-se, em Portugal, o abandono anónimo infantil e, com ele, as rodas. Quando o mesmo foi revogado, após 4 meses, já as Juntas Gerais do Distrito tinham iniciado a reestruturação da assistência aos expostos. “A supressão das rodas foi feita gradualmente: logo na década de 1860 em Aveiro, Leiria, concelhos rurais de Lisboa, Porto, Penafiel, Ponte de Lima e Torres Novas; no decénio seguinte na cidade de Lisboa, Coimbra, Viseu, Bragança, Évora, Beja ...”.<sup>292</sup> Tal faz transparecer a consciencialização do carácter insustentável e desumano da situação vivida nas Casas da Roda.

Em 5 de Janeiro de 1888 foi aprovado o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, o qual, em parte, adoptou o modelo de «hospedagem» anterior a 1867 - as crianças, a cargo dos municípios, iam para amas até aos 7 anos, quando eram internadas em asilos para receberem formação profissional.<sup>293</sup>

Ficou ainda regulamentado quem receberia assistência: expostos de pais desconhecidos; abandonados, cujos pais desapareceram; e, ainda, crianças que não pudessem ser criadas pelos pais (por morte, prisão, doença, idade avançada ou degredo) nem tivessem ninguém a quem ficar a cargo.<sup>294</sup>

Quanto aos subsídios de lactação, estipulou-se a duração máxima de 12 meses (extensível a 18/24 por doença). Caso os pais fossem indigentes, viúvos

---

<sup>291</sup> Os hospícios tinham enfermarias de maternidade, obrigando-se as mães a criarem os filhos (salvo motivo comprovado). Surgiram ainda creches para os filhos de trabalhadores. Já as pensões de lactação, instituídas na 2ª metade do séculoXIX e vulgarizadas pelo fim da roda, eram concedidas a mães solteiras e viúvas pobres e aos pais pobres viúvos ou que não pudessem trabalhar. CUBEIRO, 2011, pp. 6 e 10-11; MOREDA, s.d., p. 129; SÁ, 1992, p. 181.

<sup>292</sup> CUBEIRO, 2011, pp. 11-12.

<sup>293</sup> CUBEIRO, 2011, p. 12.

<sup>294</sup> CUBEIRO, 2011, p. 12.

pobres ou perante invalidez do filho, após os 7 anos, podiam pedir o internamento da criança, mediante autorização da Junta Geral de Distrito.<sup>295</sup> A substituição da exposição pelas pensões demonstra uma tentativa de permanência do menor na família biológica.

## OS EXPOSTOS EM NÚMEROS

Nesta parte do trabalho, o estudo quantitativo do abandono infantil na SCML, pretende-se atestar as suas características e o sucesso das medidas reformistas de 1867 com base nas estatísticas da instituição. A persecução deste objectivo terá como primeiro passo a análise da evolução do total de expostos. De seguida, estudar-se-ão as características do abandono (motivos, procedência materna e naturalidade das crianças), finalizando com o destino dos abandonados (evolução e distribuição geográfica das amas e mestres de ofícios, concessão de subsídios de lactação e mortalidade).

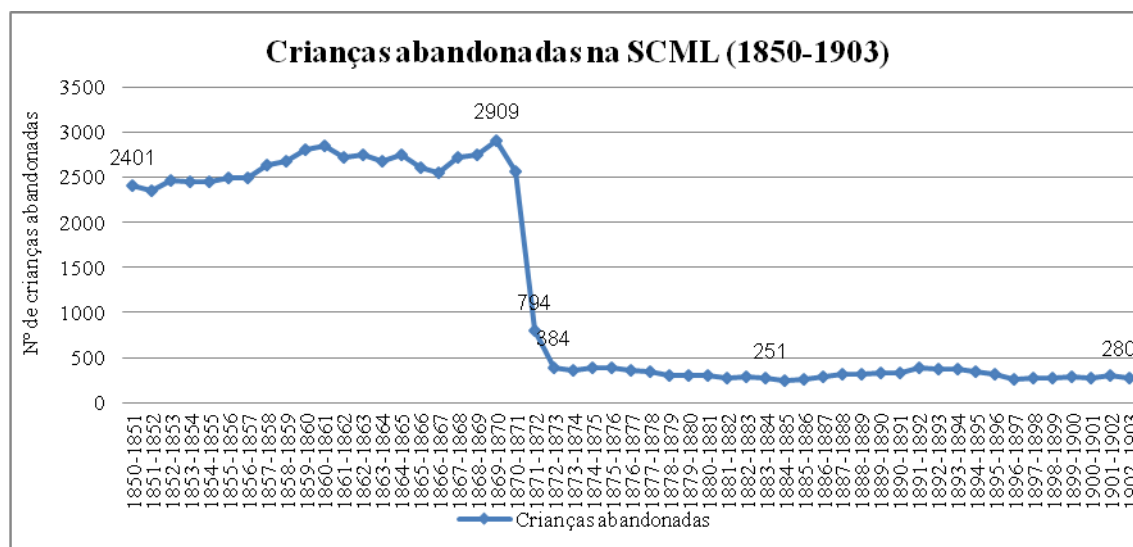
Devem-se, contudo, fazer algumas ressalvas: os dados não são cronologicamente homogêneos, pois a informação neles constante é mais abundante e diversificada após o encerramento da roda na SCML. Por sua vez, a abrangência geográfica desses mesmos dados extravasa o concelho e distrito de Lisboa. Refira-se ainda que, na cartografia elaborada pela utilização de um SIG, relativa à origem dos expostos, amas e mestres de ofício, optou-se pela adopção da divisão administrativa de 1878.<sup>296</sup>

---

<sup>295</sup> Sobre os subsídios de lactação ler CUBEIRO, 2011, pp. 17-20.

<sup>296</sup> Porquê não se optou pelas divisões de 1864 ou 1890? Em 1864, Lisboa era composta por 4 bairros (Alcântara, Alfama, Bairro Alto e Rossio), tal como em 1890 (Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Bairros), e não pelos três invocados na fonte (Central, Ocidental e Oriental). Considere-se ainda que, em 1890, a cidade de Lisboa cresceu pela incorporação das partes extra-muros das freguesias de S. Jorge de Arroios, S. Sebastião da Pedreira, Sta. Isabel e S. Pedro de Alcântara, pela absorção das freguesias dos extintos concelhos periféricos de Belém e Olivais (1885) e ainda de Camarate e Sacavém (outrora do concelho de Loures (1886)). Por outro lado, 1878 é o ano que se situa mais próximo do meio da cronologia do presente estudo. LIMA, 2009, pp. 29-31.

## TOTAL DE CRIANÇAS ABANDONADAS NA SCML



**Gráfico 1: Crianças abandonadas na SCML por ano económico (1850-1903)**

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1861-1904.

Pela análise do gráfico 1 é possível distinguir duas fases na exposição infantil na SCML: 1850-70 e 1871-1903, correspondendo na contextualização histórica, ao antes e após extinção do abandono anónimo.

Não se pode descurar o crescimento do abandono infantil nas duas primeiras décadas (1850-1870), apesar de pequenas variações - iniciando-se em 1850 (2401), as exposições na SCML crescem até 1870, o seu pico máximo (2909). Este aumento leva a crer nas elevadas dimensões que o fenómeno estava a tomar. Não obstante os debates e o decreto de 1867, a exposição progredia, justificando o seu imperativo combate.

Entre 1871-73, há uma forte diminuição dos abandonos (384 no último ano), embora este hiato possa representar uma fase de adaptação, consolidando-se os valores a partir de então e atingindo o seu mínimo em 1884-85 (251).

Assim, conclua-se que, entre 1871-1903, o número de exposições ronda c.10% do valor médio de 1850-70. No primeiro hiato contabilizavam-se 2617 exposições anuais, valor que decresceu para 299, reflexo do sucesso das medidas implementadas após a extinção da roda dos expostos na SCML. Porém,

pode-se questionar se o fim do anonimato incrementou o aborto clandestino, tendência sentida na da Europa católica.<sup>297</sup>

As características do abandono

Como referido, o novo modelo de abandono infantil pressupunha um inquérito parental. Contudo, perante a ausência de informação anterior a 1870, não é possível atestar as continuidades e rupturas destas características.

Motivos do abandono

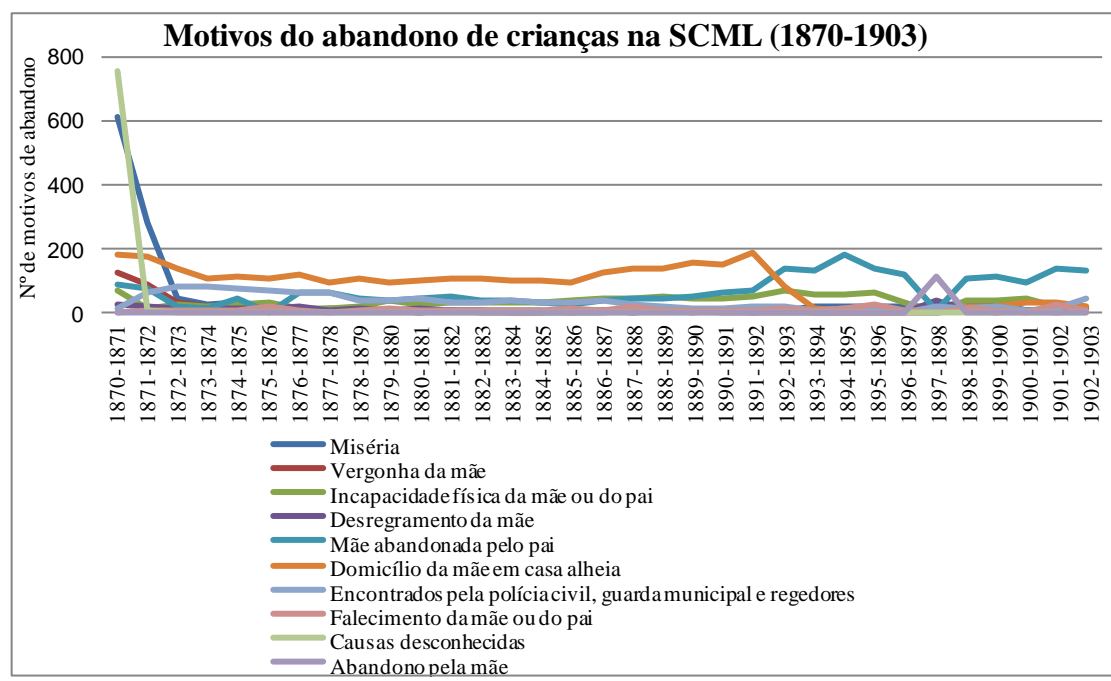


Gráfico 2: Motivos do abandono por ano económico (1870-1903)<sup>298</sup>

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Atendendo ao primeiro ano do gráfico 2, prevalecem os abandonos por causa desconhecida (754) e por miséria (613). Relativamente aos primeiros, pode-se questionar: nesta fase de transição, existia desconfiança face ao novo

<sup>297</sup> MATTOSO, 2011, p. 135.

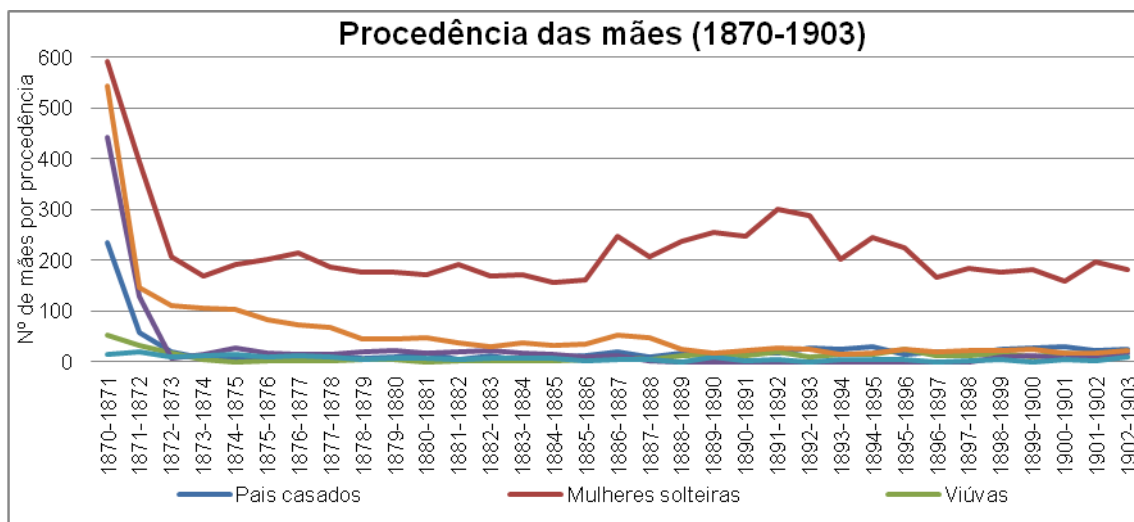
<sup>298</sup> A estes motivos devem-se somar o desregramento do pai, prisão dos pais, portaria do ministério do reino e suicídio da mãe, excluídos da análise pela sua pouca representatividade (inferiores a 4 casos).

sistema? Não havia, ainda, uma estrita fiscalização? Seriam outros agentes que não os pais a entregar a criança, desconhecendo o porquê do abandono?

Quando estes motivos decaem, em 1871-72 e 1872-73, respectivamente, emergem outros, destacando-se o domicílio da mãe em casa alheia até 1893-94 e, partir de então, o abandono da mãe pelo pai. Possivelmente, o primeiro corresponde ao serviço de criadagem, residindo a mãe com os patrões; remetendo o segundo para o facto da mãe, sozinha, não conseguir criar o filho ou, por ser solteira, visar salvaguardar a sua honra.

Devem-se ainda salientar dois elementos. Por um lado, o facto da morte da mãe ser um motivo menor - havia maiores cuidados com a gravidez? Por outro, a ausência de uma redução gradual de crianças encontradas pelas autoridades - existiam resquícios de abandono anónimo em locais públicos, crendo que muitos pais não se pretendiam identificar? Estava tal prática associada à vergonha e honra familiar de mães solteiras ou à bastardia?<sup>299</sup>

#### Procedência das mães



**Gráfico 3: Procedência das mães expositoras por ano económico (1870-1903)**  
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

<sup>299</sup> Tal confirmaria a afirmação de Isabel Guimarães dos Sá de que existem crianças abandonadas anonimamente, em locais públicos, até aos anos 30 do século XX. SÁ, 1998, p. XVII.

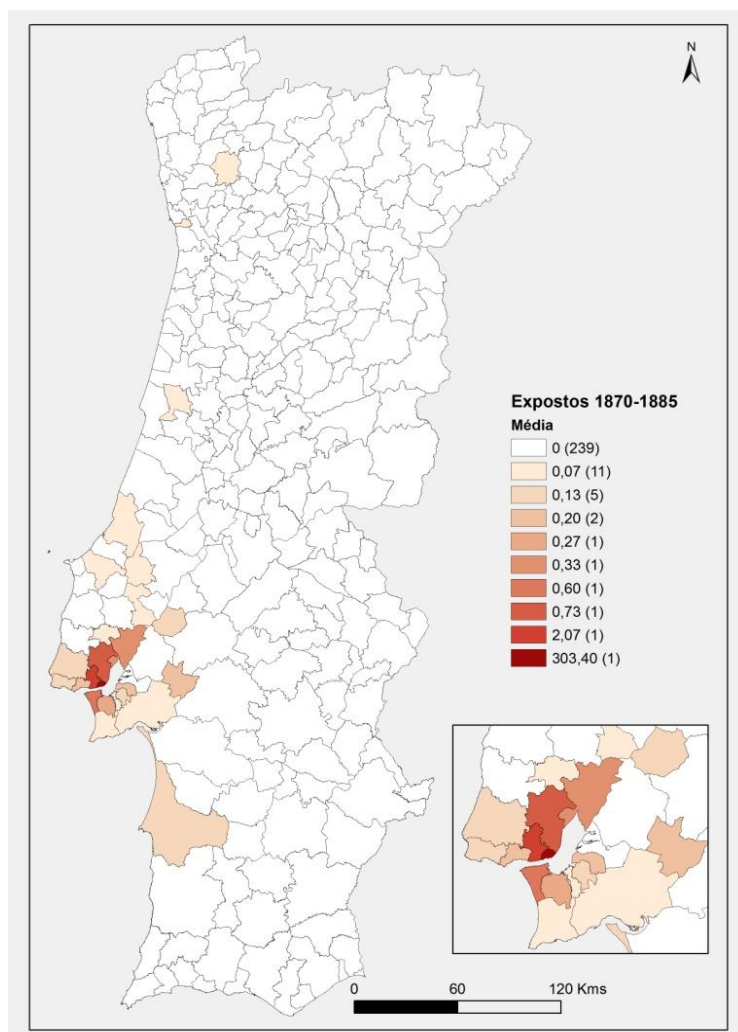


No gráfico 3 deve-se distinguir a procedência de mães declarada, na qual se inserem casadas, solteiras, viúvas, amancebadas e meretrizes, da procedência encoberta.

Ao longo dos 33 anos, sobressai o abandono por mães solteiras, relacionável com os motivos de exposição (gráfico 2) - quem abandonava eram as mães que residiam em casa alheia, não tendo quem ficasse com os seus filhos e, as abandonadas pelos pais, sem meios de sustento ou socialmente discriminadas pelo seu estado civil.

É ainda de destacar que as mães expositoras com procedência encoberta diminuem ao longo do tempo. Deixaram as mulheres de ter medo de se identificarem, confiando no novo sistema? Ou eram elas intimadas pelas autoridades a identificarem-se, sendo este um «falso» decréscimo?

#### Origem geográfica dos expostos



**Mapa 1: Média da origem concelhia (1870-1885)<sup>300</sup>**

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-86.

Calculada a média do número de crianças de cada concelho entregues à SCML (1870-85), elaborou-se o mapa 1. Uma análise primária revela que esta instituição recebia crianças de concelhos tão distantes como Guimarães. Porém, era a sua influência assim tão abrangente, dado tal representar um caso isolado? E era homogénea no contexto português? Um olhar mais atento revela que a SCML não recebia crianças de todos os concelhos e que o seu valor torna-se pouco significativo conforme nos afastamos de Lisboa.

Assim, concluiu-se a fraca influência da SCML no território português, o que se pode justificar pela generalização das Casas da Roda. Exceptuem-se os concelhos periféricos a Lisboa - Belém e Olivais - os quais, apesar do destaque, com uma média de 2 e 0,7, revelam-se pouco representativos por comparação ao concelho da capital, que recebia uma média de 303 crianças por ano entre 1870-85.<sup>301</sup>

A prevalência deste último justifica-se pelo facto de nele se sediar a SCML. É possível que, num estudo anterior a 1870, se verificasse um elevado número de crianças com outra naturalidade, pois a reforma decretou o comprovativo de residência no concelho há mais de 9 meses para «candidatura» à exposição.<sup>302</sup>

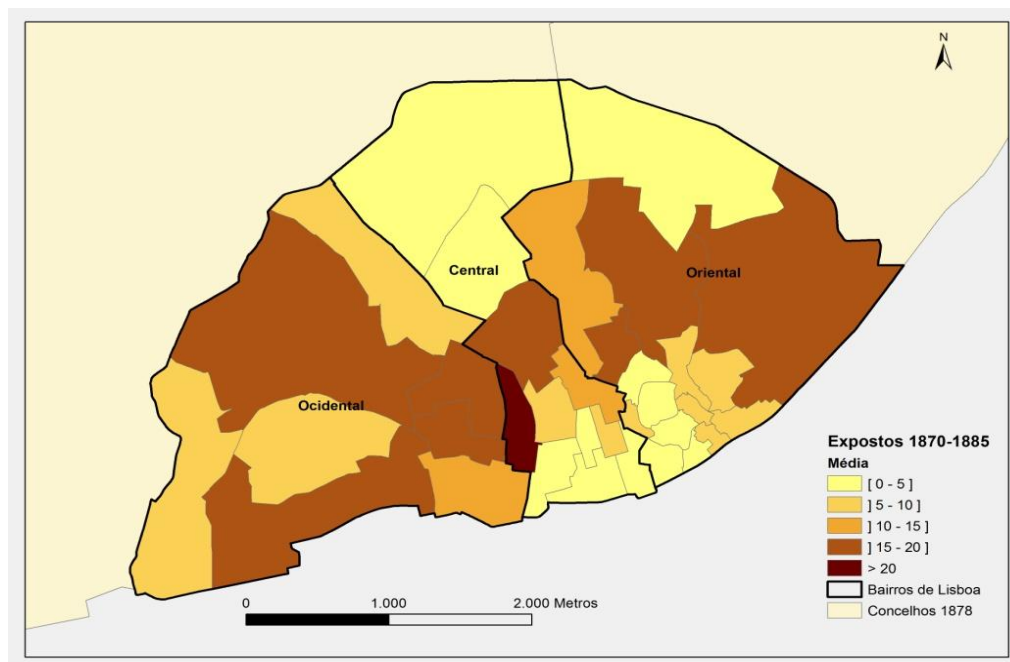
O peso do concelho de Lisboa contrasta com os restantes. Mas de que freguesias da capital eram maioritariamente oriundos os expostos?

---

<sup>300</sup> Sendo baixas as médias dos expostos por concelho optou-se por apresentá-las com 2 casas decimais.

<sup>301</sup> Por homogeneidade da fonte, após a absorção destes concelhos por Lisboa (1885), os mesmos continuam a ser apresentados de forma independente. Belém e Olivais tiveram um crescimento populacional rápido, neles residindo população desfavorecida, por vezes, sem meios para sustentar os filhos. ALVES, 2010, p. 59.

<sup>302</sup> MANOEL, 1999, p. 44.



**Mapa 2: Média da origem por freguesia do concelho de Lisboa (1870-1885)**  
(Nota: média total das freguesias = 8,9)  
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-86.

No mapa 2 destaca-se um espaço central, junto à zona ribeirinha, cuja média de crianças abandonadas era reduzida. Trata-se da zona rica da cidade, em torno da qual se deu a expansão urbana aquando da reconstrução da capital após o terramoto (1755).<sup>303</sup>

A cidade expandiu-se para algumas freguesias periféricas ao centro histórico, cujas médias de origem de crianças expostas são superiores (Sta. Engrácia, S. José, Mercês, Sta. Catarina, Sta. Isabel e Santos-o-Velho). Assim se pode concluir que o abandono infantil acompanhou o crescimento da capital - nestas freguesias residia uma população mais desfavorecida, à qual era difícil sustentar a criação do menor.

Porém, a urbanização não «tocou» todas as freguesias limítrofes, pois as mais distantes do centro e circundantes àquelas periféricas de onde a exposição era maioritária, apresentam valores baixos reflexo do seu fraco povoamento (S. Jorge, S. Sebastião da Pedreira e Coração de Jesus).

Mas, no mapa 2, o que mais se destaca, é a exceção no núcleo histórico - a freguesia da Encarnação. Nela se situa a SCML, o que nos leva a apontar várias hipóteses para o facto de, em média, anualmente, mais de 20 crianças

<sup>303</sup> PINHEIRO, 2001, p. 9.

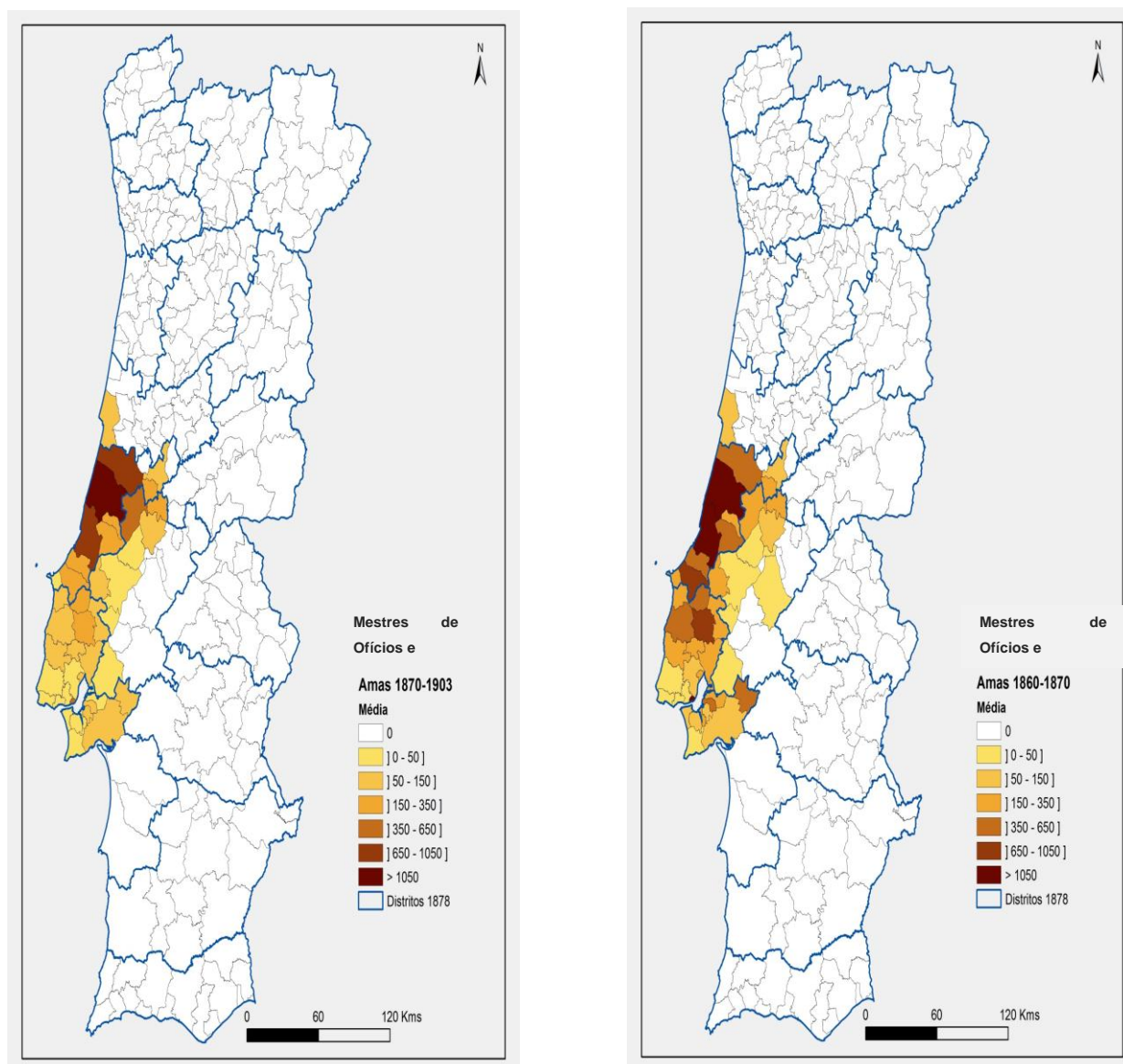
originarem desta freguesia - seriam os menores entregues por indigentes sem residência? Ainda não eram baptizados? Ou será, em última instância, reflexo da presença de abandono anónimo, desconhecendo-se sua a origem?

## O DESTINO DAS CRIANÇAS: AMAS E MESTRES DE OFÍCIOS, SUBSÍDIOS DE LACTAÇÃO E MORTALIDADE

Amas e mestres de ofícios por concelho

Distrito de inspecção	Concelho	Distrito administrativo
Lisboa	Lisboa	Lisboa
Caldas da Rainha	Alcobaça	Leiria
	Cadaval	Lisboa
	Caldas da Rainha	Leiria
	Lourinhã	Lisboa
	Óbidos	Leiria
	Peniche	Leiria
	Rio Maior	Santarém
Leiria	Batalha	Leiria
	Leiria	Leiria
	Pombal	Leiria
	Porto de Moz.	Leiria
	V. N. de Ourém	Santarém
Sobral	Alenquer	Lisboa
	Arruda	Lisboa
	Azambuja	Lisboa
	Mafra	Lisboa
	Torres Vedras	Lisboa
	V. F. de Xira	Lisboa
Fora dos distritos de inspecção	Alcochete	Lisboa
	Aldeia Galega	Lisboa
	Almada	Lisboa
	Alvaiázere	Leiria
	Barquinha	Santarém
	Belém	Lisboa
	Benavente	Santarém
	Cartaxo	Santarém
	Cascais	Lisboa
	Chamusca	Santarém
	Sesimbra	Lisboa
	Sintra	Lisboa
	Ferreira do Zêzere	Santarém
	Figueira da Foz	Coimbra
	Figueiró dos Vinhos	Leiria
	Moita	Lisboa
	Oeiras	Lisboa
	Olivais	Lisboa
	Santarém	Santarém
	Sejal	Lisboa
Setúbal	Lisboa	
Tomar	Santarém	
Torres Novas	Santarém	

Tabela 1: Distritos de inspecção / administrativos



Mapas 3 e 4: Média de amas e mestres de ofícios por concelho (1860-1870 e 1870-1903)

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

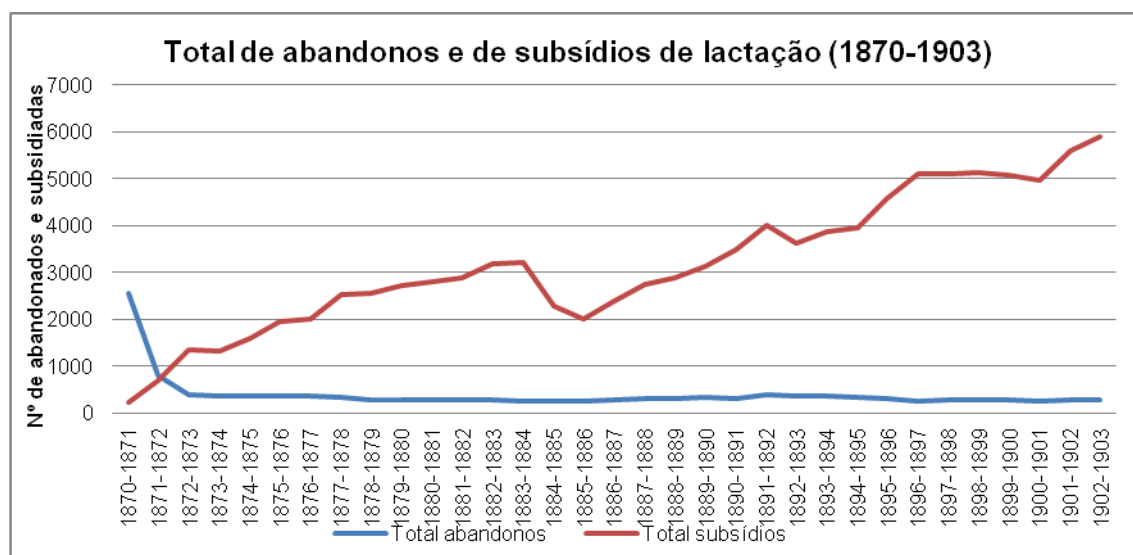
A tabela 1 revela que as amas e os mestres de ofícios se distribuían por 4 distritos administrativos - Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa. Porém, esta divisão não corresponde à adoptada pela instituição, os distritos de inspecção - Sobral, Caldas da Rainha e Leiria. Estes últimos emergem por neles se concentrarem mais abandonados, bem como as melhores amas e mestres. A existência de inspectores nestes distritos permitia que os funcionários não se deslocassem à sede para receberem os seus salários.<sup>304</sup>

<sup>304</sup> *Relatorio...*, 1861, p. 4-5.

Analisando os mapas 3 e 4, verifica-se uma diminuição do número de amas e mestres - se o abandono decresce e as crianças tuteladas pela SCML se emancipam, não é necessário tão elevado número destes funcionários. Emergem como excepções os concelhos de Leiria, que domina o contexto nacional com uma média anual superior a 1050, Pombal e V. N. de Ourém.<sup>305</sup>

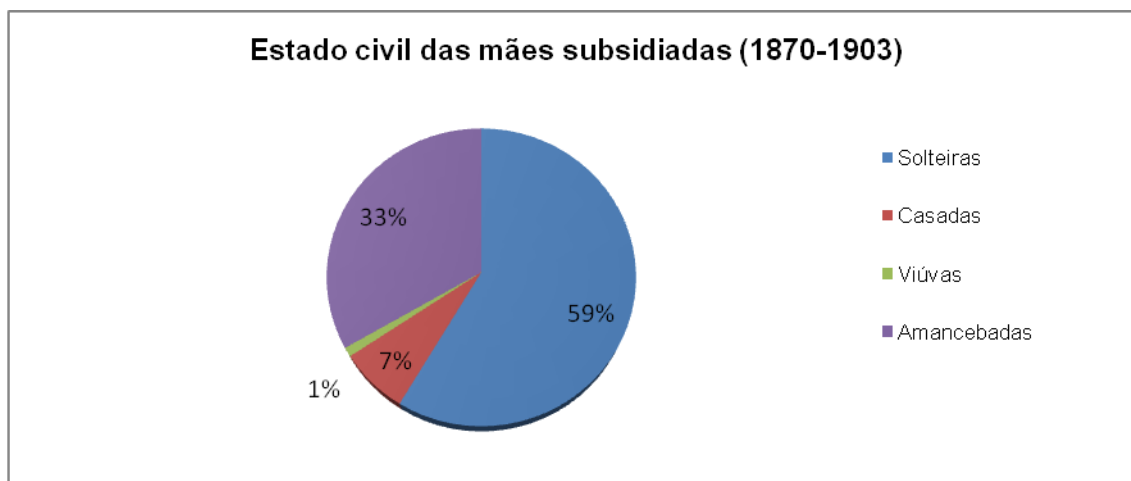
Paralelamente existem menos amas e mestres, mas os concelhos são os mesmos. Podia-se ter reduzido o número de concelhos pela redistribuição dos expostos. Ao não se ter optado por esta via denota-se uma consciencialização da importância, para a criança, do desenvolvimento de laços afectivos e da sua inserção numa família.

### Mães subsidiadas



**Gráfico 4: Evolução das exposições e pensões concedidas por ano económico (1870-1903)**  
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

<sup>305</sup> Tal pode estar relacionado com a cultura local, estando esta prática enraizada ou imperando a necessidade de mão-de-obra. Uma tentativa de explicação passaria ainda pelo estudo da mortalidade infantil nesta região a qual, caso fosse alta, ajudaria a justificar o porquê do elevado número de amas.



**Gráfico 5: Média percentual do estado civil das lactantes (1870-1903)**  
Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Foram os subsídios de lactação responsáveis pela diminuição do abandono infantil? Como se verificou (gráf.1), o número de exposições diminuiu após 1870, estabilizando a partir de 1872-73. O total de subsídios de lactação concedidos contrasta com essa tendência, crescendo ao longo dos 33 anos, iniciando-se com 235 pensões e finalizando com 5902, muito embora entre 1883-85 haja um decréscimo, fruto da restrição das concessões dado o encargo que representavam.<sup>306</sup>

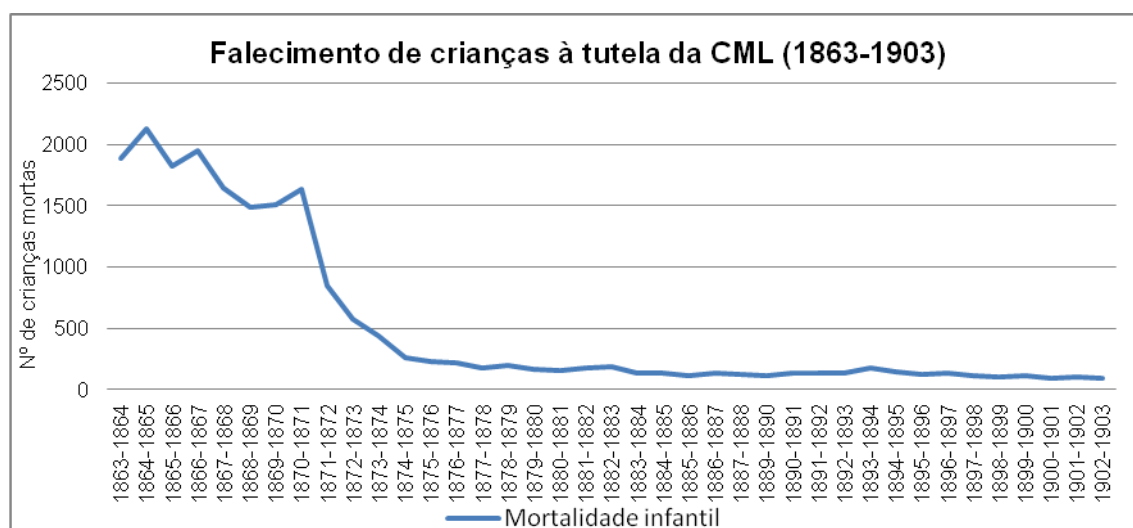
Desta forma, podemos concluir que a concessão de subsídios de lactação constituiu um dos motivos da diminuição do abandono infantil. Contudo, não podemos deduzir ser o único, pois as duas variáveis não evoluem na mesma proporção.

Mas qual o estado civil das mães subsidiadas? O gráfico 5 demonstra que, entre 1870-1903, as pensões eram atribuídas, sobretudo, a mães solteiras (58%), seguindo-se as amancebadas (33%) e, sendo pouco significativas as concessões a casadas (7%) e, ainda menos, a viúvas (1%).

Considerando as solteiras como grupo dominante deve-se referir o paralelismo ao facto destas serem as maiores expositoras (gráf.3). Visavam estas subsidiadas abandonar os filhos, tendo sido intimadas a manter a criança por via da concessão de um auxílio financeiro? Ou estariam a dar ao filho uma oportunidade de sobrevivência no seu meio biológico?

<sup>306</sup> *Relatório ...*, 1885, p. III.

### *Mortalidade das crianças à tutela da SCML*



**Gráfico 6: Número de crianças que faleceram, por ano económico, à tutela da SCML (1863-1903).**

Fonte: *Relatório que a mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ...*, 1871-1904.

Para finalizar, analise-se um dos destinos infantis mais representativos do século XIX - a mortalidade -, estímulo à reforma de 1867 e à extinção da roda dos expostos.

O gráfico 6 revela uma alta mortalidade dos menores tutelados pela Santa Casa da capital, não obstante a tendência decrescente, sobretudo, entre 1863-70, chegando a falecer 2124 crianças por ano (1864-65), o que se justifica por “factores como o estado de saúde e de nutrição da criança à chegada, os comportamentos das amas, o clima, as condições das casas em que viviam, as epidemias (...)”.<sup>307</sup> A maioria destes falecia durante o primeiro ano de vida, especialmente, até aos 6 meses.<sup>308</sup>

A partir do encerramento da roda na SCML, o número de mortes decresce significativamente, sobretudo, entre 1871-75, alcançando-se 93 no último ano (1903). A abolição deste mecanismo foi responsável pela redução da mortalidade de menores na instituição, mas será o único justificativo? Não se pode descurar o paralelismo da diminuição do abandono infantil.

<sup>307</sup> BRAGA, 2011, p. 245.

<sup>308</sup> SÁ, 1992, p. 120.



Por outro lado, pela concessão de pensões, muitas crianças passaram a ser alimentadas pelas mães, evitando o contágio de doenças, frequentemente propagadas pelas amas-de-leite. Simultaneamente, estas já não eram transportadas para as amas residentes em espaços rurais, viagem durante a qual muitas crianças faleciam pelas más condições de transporte.

Não se pode ainda esquecer a importância do progresso da puericultura que, no final do séculoXIX, começou a dar os primeiros passos, bem como a adopção de enfermarias de maternidade nos hospícios, crescendo os cuidados durante o parto e nos primeiros tempos de vida da criança.

## CONCLUSÃO

Oitocentos foi o século da criança, com uma crescente consciencialização da sua importância não só pela família, como também pelo Estado, que a perspectivava como o progresso da Nação. Desta forma se justifica, no que concerne aos expostos, desde o final do séculoXVIII e ao longo do séculoXIX, as várias medidas, inicialmente, combativas do infanticídio e, mais tarde, do abandono infantil.

A criação de Casas da Roda em todos os centros administrativos, acção do Estado português que acompanhou a tendência da Europa católica (sobretudo do sul), chamando a si a responsabilidade para com os expostos, visava permitir a sobrevivência física e espiritual das crianças pelo abandono anónimo. Contudo, agravou a situação vivida nestas instituições, bem como a mortalidade destes menores que, por si só, já era elevada.

O ponto extremo da inquietação em torno da hecatombe da exposição deu origem ao decreto que aboliu as rodas (1867), o qual se pode considerar, em certa medida, reformista. Não obstante a sua revogação 4 meses depois, o facto das medidas decretadas terem sido aplicadas faz transparecer a crescente preocupação para com as crianças marginalizadas na sociedade contemporânea portuguesa.

Efectivamente, o decreto estabelece uma ruptura face ao antigo modelo assistencial de acolhimento aos expostos. Porém, pode-se questionar qual o alcance desta mudança, quando o percurso das crianças continuou a ser o

mesmo - os pais eram identificados, mas os abandonados continuavam a permanecer poucos dias na SCML sendo, depois, enviados para uma ama no meio rural.

Com este estudo, demonstrou-se que a mudança mais significativa está nos números (mais do que no «novo modelo» de acolhimento). Pela análise quantitativa verifica-se a verdadeira mutação: uma grande diminuição do número de crianças abandonadas na SCML após 1870, acompanhada por um decréscimo da mortalidade de menores à tutela da instituição e do número de amas e mestres de ofício. Não obstante, persistem alguns elementos entre 1870-1903: as mães solteiras, residentes em casas de outros ou abandonadas pelos pais, destacam-se como expositoras, sendo os seus filhos, maioritariamente, naturais do concelho de Lisboa e, neste, da freguesia da Encarnação. Eram também as mães solteiras que recebiam mais subsídios de lactação, contribuindo para o decréscimo do número de abandonos, quer pelo novo ascendente da criança no seio familiar, quer pela intimidação das autoridades.

Assim, podemos concluir que os números reiteram a ideia de que a criança novecentista alcançou uma posição de progressivo destaque na sociedade europeia católica, importando a sua criação, educação e bem-estar.

## FONTES

Relatorio e contas da Commissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativas ao anno economico de 1850-1851. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nomeada por decreto do 1.º de Setembro de 1860 dirigiu ao Ill.<sup>mo</sup>e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1860-1861. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1861.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1861-1862. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1862-1863. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1863-1864. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1864-1865. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1865-1866. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1866-1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1868-1869. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1869-1870. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1870-1871. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1871-1872. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1872-1873. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1873-1874. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1874-1875. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1875-1876. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1876-1877. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1877-1878. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1878-1879. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1879-1880. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1880-1881. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1881-1882. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1882-1883. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1885-1884. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1884-1885. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1885-1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1886-1887. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1887-1888. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1888-1889. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1889-1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1890-1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1891-1892. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1892-1893. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 189-1894. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1894-1895. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1895-1896. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1896-1897. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1897-1898. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1898-1899. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos

Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1899-1900. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1900-1901. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1901-1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Relatorio que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa dirigiu ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino com as contas da gerência do anno economico de 1902-1903. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

#### BILIOGRAFIA

ALVES, Daniel - **A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia**. Lisboa: s.n., 2010.

ALVIM, Maria Helena - Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no século XIX. *Revista de Ciências Históricas*. Nº 2 (1987), p. 261-267.

ALVIM, Maria Helena - Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas. *Revista de História*. Vol. I (1894), p. 147-166.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu, COELHO, Maria Helena da Cruz - **A cidade e o campo: colectânea de estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - **A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

ARIÈS, Philippe - **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.



ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.) - **História da vida privada**. S.l., Edições Afrontamento, 1990-1991.

ARIÈS, Philippe - La infancia. *Revista de educación*. Nº 281 (1986), p. 5-17.

BOULANGER, Isabelle Le - **L'abandon d'enfants**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

BRAGA, Isabel - Fugindo dos “Grilhões do Cativoiro”: os expostos pretos e pardos na Casa da Roda da Misericórdia de Lisboa (1780-1807). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 11 (2011), p. 223-247.

BRETTELL, Caroline, FEIJÓ, Rui - A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares. *Cadernos Vianenses*. Nº 12 (1989), p. 216-266.

BRETELL, Caroline, FEIJÓ, Rui - Foundling in Nineteenth-Century Northwestern Portugal: Public Welfare and Family Strategies. In **Enfance Abandonnée et Société en Europe XVe- XXesiècle**. Roma: École Française de Rome, 1991, p. 273-300.

CALDEIRA, Maria José C. Silva - **Assistência infantil em Lisboa na 1ª República**, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

CALDEIRA, Maria José C. Silva - **De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a Primeira República**. Lisboa: s.n., 1993.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega, Expostos de Loulé: condições de acolhimento e atitudes no abandono (1820-1879). In **Actas do 6º Congresso do Algarve**. Vol. 1, 1990, p. 123-130.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega - **O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)**. Porto: s.n., 1991.

CORTES, Nuno Osório da Nóbrega - O sistema liberal da Roda dos Expostos, O exemplo da administração algarvia (1820-1884). In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues - **A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)**. Coimbra: FL-UC, 2011.

DIAS, Ana Rita Botelho Moniz - **O abandono de crianças na roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no século XVIII e XIX**. Lisboa: ISPA, 2007.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.) - **História das mulheres**. Vols. IV e V. S.l.: Edições Afrontamento, 1994-1995.

FERREIRA, Jorge M. Rodrigues, FERREIRA, Olegário A. Vieira - **O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848**. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica**. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

FONTE, Teodoro Afonso da - **A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX**. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas. *As cidades na história: população - Congresso Internacional*, Guimarães: s.n., 2012.

FONTE, Teodoro Afonso da - **Conjuntura económica e comportamento demográfico**. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874). In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica**. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

FONTE, Teodoro Afonso da - **No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)**. Braga: ICS-UM, 2004.

FONTE, Teodoro Afonso da - **O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)**. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Ponte de Lima / Centro de Estudos Regionais, 2005.

FUCHS, Rachel - **Foundlings and child welfare in nineteenth century France**. Albany: State University of New York Press, 1984.

GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira - **O Hospital Real dos Expostos de Lisboa (1786-1790)**. Lisboa: FL-UL, 2001.

**Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.** Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

LIMA, Nuno Miguel. **Os «Homens-Bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893).** Lisboa: Banco de Portugal, 2009.

LOPES, Maria Antónia - Crianças e jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 2 (2002), p. 155-184.

LOPES, Maria Antónia - Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1866). *Revista Portuguesa de História*. Nº 21 (1984), p. 119-176.

LOPES, Maria Antónia - Os pobres e a assistência pública. In **História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)**. Vol. 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 501-515.

MANOEL, Francisco d'Orey - A voz dos sinais. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 15 (2006), p. 76-85.

MANOEL, Francisco d'Orey, MORNA, Teresa Freitas - Os expostos da roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Uma exposição com catálogo. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 7 (2001), p. 110-115.

MANOEL, Francisco d'Orey, COLEN, Maria Luísa Barbosa - Os expostos e desamparados da Misericórdia de Lisboa. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 2 (1999), p. 40-48.

MATOS, Sebastião de - **Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)**. Barcelos: Assoc. Cult. Rec. De Areias de Vilar, 1995.

MATTOSO, José (dir.) - **História da Vida Privada em Portugal**. Vol. 3. Lisboa: Temas & Debates, 2011.

MORAIS, M. G. - Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830). *Revista da Cultura Almansor*. (1987), p. 45-87.

MOREDA, Vicente Pérez (coord.) - **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente**. *Actas do III Congresso de ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica)*. Vol. 3. Porto: Edições Afrontamento, s.d.

NEVES, Lúcia Maria Rodrigues - Subsídios de lactação - elementos para o estudo de mães solteiras nos finais do século XIX. *Nova Augusta*. Nº 8, II Série (1994), p. 35-36.

PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V., VAZ, Maria João (org.) - **Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

REIS, Maria de Fátima - **Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)**. Lisboa: Cosmos, 2001.

REIS, Maria de Fátima Porém - Margens Sociais. *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Nº 27 e 28 (2012), p. 152-163.

ROLLET-ECHALIER, Catherine - **La politique a l'égard de la petite enfance sous la III<sup>e</sup> République**. S.l.: Institut National d'Études Démographiques/Presses Universitaires de France, 1990.

RODRIGUES, Henrique Fernandes - Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1518-1838)**. Porto: FL-UP, 1987.

SÁ, Isabel dos Guimarães, - A assistência: as misericórdias e os poderes locais. In *História dos municípios e do poder local (dos finais da idade média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 136-142.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*. Vol. 5, nº 1-2 (1992), p. 179-190.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780). *Revista da Faculdade de Letras - História*. II Série, vol. II (1985), p. 161-199.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNIC, 1995.

SÁ, Isabel dos Guimarães - A circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII: o exemplo da “Casa da Roda” do Porto. *Boletín de la Asociación de la Demografía Histórica* .X, nº 3 (1992), p. 115-123.

SÁ, Isabel dos Guimarães, CORTES, Nuno - A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados. *Cadernos do Noroeste*. Nº 5 (1992), p. 179-190.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário. In **Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1998, p. IX-XXII.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. *Penélope*. Nº 8 (1992), p. 75-89.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Assistance do children in north-west Portugal: the case of pre-industrial Braga. *Cadernos do Noroeste*. Vol. 6, Nº 1-2 (1993), p. 96-116.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Circulation of children in eighteenth-century Portugal. In **Abandoned Children**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 27-40.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Child abandonment in Portugal: legislation and institutional care. *Continuity and Change*. Nº 9 (1) (1994), p. 69-89.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente. In **Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da (ADEH) Associação Ibérica de Demografia Histórica**. Vol. 3. S.l.: Biblioteca das Ciências do Homem / Edições Afrontamento, s.d.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Expostos, história das populações e informática. In **II Encontro sobre História e Informática**. S.l.: Universidade do Minho, 1989.

SÁ, Isabel dos Guimarães, LOPES, Maria Antónia - **História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português: 1500-1800**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Subalternas ou excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico. *Exclusão na História*. (2000), p. 41-51.

SÁ, Isabel dos Guimarães - The “Casa da Roda do Porto”: reception and restitution of foundlings during the eighteenth century. In *Enfance abandonnée et société en Europe XVe-XXe siècle. Actes du colloque*. Rome: Ecole Française de Rome, 1991, p. 539-572.

SÁ, Isabel dos Guimarães - **The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: the case of Porto**. S.l.: Instituto Universitário Europeu, 1992.

SÁ, Isabel dos Guimarães - Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. XII, 2/3 (1994), p. 233-250.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - **Colectânea legislativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498-1998)**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - **Os Expostos da Roda**. S.l.: Museu de São Roque e Arquivo Histórico/Biblioteca, s.d.

SANTOS, Graça de Abreu Arrimar Brás dos - **A Assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos (1799-1823)**. Tomar: Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.

SANTOS, Maria Manuela - **A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República**. Lisboa: s.n., 1989.

SIMÕES, João Alves - **Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)**. Porto: FL-UP, 1999.

**Sinais de expostos. Exposição histórico-documental**. S.l.: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, s.d.

SUBTIL, Carlos, VIEIRA, Margarida - **Expostos, amas, rodeiras e hospitaleiras: personagens dum problema maior da saúde pública entre o**

vintismo e a regeneração (1820-1852). *Cultura de los Cuidados*. Nº 31 (2011), p. 77-84.

TIAGO, Sílvia Maria Bandeira Rodrigues - Subsídios para o estudo dos expostos em Viana - século XIX. *Cadernos Vianenses*. Nº 23 (1998), p. 171-206.

TILLY, L., FUCHS, R., KERTZER, D., RANSEL, D. - Child abandonment in European History: a symposium. *Journal of Family History*. Vol. 17, nº 1 (1992), p. 1-23.

TOMÉ, Maria Rosa - A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância. A criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº 10, Tomo II (2010), p. 481-500.

TOMÉ, Maria Rosa - **A criança e a delinquência juvenil na Primeira República**. Lisboa: CPIHTS, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto (org.) - **Uma História Social do Abandono das Crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo /Alameda: Editora PUC Minas, 2010.